

ENGAJAMENTO DE MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL

Verônica de Barros Santos

Universidade Federal de Sergipe
vbstos@yahoo.com.br

Resumo

O ativismo de mulheres tem sido destaque nos últimos anos no espaço dos movimentos sociais. De forma institucional ou alternativa, o movimento tem trazido discussões para muitas esferas da sociedade. Entre elas, a participação política, que mesmo não sendo uma pauta nova, tem sido discutida no âmbito da democratização das instituições sociais, baseada na criação de cotas, da paridade representativa e de instâncias colegiadas voltadas às questões de gênero. O crescimento do ativismo de mulheres também tem acontecido no movimento sindical, seja pelo aumento do número delas no mercado de trabalho, ou pelas novas condições sociais de participação das mulheres na esfera pública da vida em sociedade. Esse estudo é parte de uma pesquisa em curso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, que tem como tema central as desigualdades de gênero no movimento sindical. Neste texto, propomos discutir a participação política da mulher, além da questão das cotas e da paridade, analisando o engajamento de mulheres nos sindicatos dos técnico-administrativos das universidades públicas brasileiras, visando compreender as condições de possibilidades de inserção em um tipo de ativismo que segue um modelo masculino de organização. Foram analisados 60 questionários respondidos por mulheres que participaram de uma plenária nacional da categoria em março do presente ano, 2017. O objetivo é traçar um perfil das carreiras militantes dessas mulheres para, a partir da sociologia da militância, pensar o recrutamento, o engajamento e as trajetórias militantes com o enfoque na categoria gênero como elemento determinante na participação política.

Palavras-chave: Participação política de mulheres, Movimento sindical, Engajamento militante de mulheres.

Introdução

A baixa representação de mulheres na política é considerada um fenômeno paradoxal, uma vez verificado que em muitos países elas compõem a maioria do eleitorado. Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, em julho de 2014¹, confirmam que o número de mulheres eleitoras no Brasil é superior ao número de homens, representando 52,13%. No entanto, a mesma pesquisa mostra que o número de candidaturas de mulheres para as eleições desse mesmo ano (presidência da república, governos dos estados, câmaras estaduais e federal) ainda representa porcentagem inferior a dos homens, 29,73%, embora tenha crescido em relação às eleições de 2010.

Políticas afirmativas, a exemplo das que obrigam os partidos políticos a preencherem² o mínimo de 30% de cada gênero nas candidaturas, têm sido uma das principais medidas adotadas

¹ Informações encontradas no site do TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>.

² Lei Nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, dispõe que “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento)

com o objetivo de corrigir essa desigualdade numérica. Vale ressaltar que tais medidas não são suficientes para resolver o problema da ausência da mulher no mundo da política, pois esse fenômeno diz respeito à complexidade que envolve as relações de gênero e a cultura do lugar ou da pertença de homens e de mulheres em determinados espaços sociais, problemática que não se restringe a uma questão numérica.

Tendo em vista que o campo político faz parte da esfera pública da vida em sociedade e, tradicionalmente, foi dominado pelos homens, carregando desse modo, códigos e signos do mundo masculino, esse fato é um possível indicador das causas dessa desigualdade. Desse modo, ao pensar a respeito das predisposições para assumir determinados papéis na sociedade, as trajetórias e as experiências de vida poderão ser analisadas no sentido de identificar elementos que convergem para esse fim.

As experiências às quais os indivíduos estão expostos no decorrer de suas vidas podem influenciar no desenvolvimento de competências e predisposições que os tornem aptos para exercer certas atividades e funções. É-nos evidenciado, como consequência, que a cultura sexista, por meio da definição e distinção entre o mundo dos homens e o das mulheres, tem determinado as vivências desses indivíduos desde a infância. Derrubar essas divisões impostas pela referida cultura tem sido um investimento do Movimento Feminista, inclusive através dos estudos acadêmicos. Para Bourdieu, as estruturas e condicionamentos sociais são responsáveis pelo comportamento dos agentes através do *habitus*, o qual pode ser definido como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis, que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepção, de apreciação e de ação” (BOURDIEU, 1983b, p. 65). Assim entendido, o *habitus* militante depende das condições sociais de origem e da incorporação de práticas pelos atores, uma vez imersos no universo da militância.

Os sindicatos também é um espaço da política representativa e foi durante muito tempo dominado pelos homens. Isto leva-nos à seguinte reflexão: ao nele se inserirem, as mulheres convertem-se ao modelo masculino desses universos ou subvertem essa lógica? Obter respostas para esse questionamento pode ajudar a compreender o engajamento individual de mulheres nos espaços políticos e as suas reais condições e possibilidades de sucesso.

para candidaturas de cada sexo”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm

A partir desses apontamentos, constitui-se objetivo deste trabalho, apresentar, como perspectiva de estudo da participação política da mulher, a análise de um perfil social-militante, para compreensão das condições de possibilidades de constituição dessas carreiras. A identificação do perfil militante de mulheres é aqui adotada como alternativa de análise da participação política. Para concretizar a proposta, foram aplicados 60 questionários (ANEXO I) composto de 25 questões, a mulheres que participaram de uma plenária nacional da categoria realizada nos dias 17, 18 e 19 de março de 2017, em Brasília. Além de servir como um instrumento piloto, visto que outros questionários serão posteriormente aplicados, também se destinou a traçar um perfil das carreiras militantes das mulheres dos sindicatos estudados. As perguntas são organizadas em eixos temáticos que interrogam a respeito das trajetórias militantes das mulheres, de suas redes de relações e dos seus espaços de pertencimento e circulação na sociedade, além de questões biográficas mais específicas.

Os dados obtidos a partir dos questionários dão subsídios para interpretação e identificação de elementos que convergem para o engajamento militante de trabalhadoras de uma determinada categoria do serviço público. Interessa-nos saber sobre suas redes de relacionamentos, sua trajetória militante e também sobre o percurso anterior ao engajamento.

Neste ponto quero colocar o meu lugar de fala para que o leitor compreenda os possíveis traços de aproximação que possam aparecer no texto entre o autor, o tema e o universo pesquisado. E do mesmo modo, possa também identificar as tentativas de distanciamento do campo empírico na busca de um olhar menos envolvido com a realidade da qual faço parte, mais analítico e científico. Nesse sentido, a "equação grupo-informante-observador" (Becker, 1997, p. 54) deve ser elaborada com mais cuidado, pois, se por um lado, o fato de pertencer ao campo pesquisado pode facilitar a inserção do pesquisador, por outro, pode dar a falsa ideia de conhecedor de todos os mecanismos de funcionamento daquela realidade. Em 2014, ingressei como técnico-administrativa na Universidade Federal de Sergipe - UFS. No ano seguinte participei da greve da categoria, quando pude vivenciar e observar situações que me fizeram escolher o tema da participação política da mulher para ingressar no Mestrado em Sociologia da UFS.

A experiência no sindicato, somada à participação em coletivos de mulheres, e ainda, à leitura de alguns trabalhos acadêmicos feministas me influenciaram a buscar um olhar sociológico que possibilitasse outra compreensão do fenômeno.

Metodologia

Esta pesquisa consiste em um estudo descritivo, o qual, segundo Triviños, tem como foco essencial o desejo de conhecer a comunidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 110). Também é dado o enfoque observacional, por meio do qual pretendemos identificar e descrever aspectos do percurso militante de mulheres sindicalistas. Embora os dados tenham recebido tratamento quantitativo por meio da estatística descritiva, procedemos com a análise qualitativa realizando a descrição dos processos interativos das trajetórias de vida das sindicalistas, ou seja, a atenção é voltada para “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21).

O questionário é composto de perguntas estruturadas fechadas e de respostas curtas. Seleccionamos uma amostra não aleatória por conveniência, pois se trata de um grupo que estava acessível, durante três dias na plenária, e colaborativo, pois as mulheres vinham sendo sensibilizadas sobre a importância da sua participação política e da realização de estudos com esse enfoque.

O tipo de amostra selecionada não permite uma explicação ampla da análise, portanto, não nos permite fazer generalizações nem inferir causalidades sobre o perfil de militantes sindicalistas, e não é esse o objetivo do estudo. A partir dos dados pretendemos identificar alguns padrões nas trajetórias dessas mulheres que podem indicar as condições de possibilidades do engajamento militante e da participação nos espaços de comando dos sindicatos, considerando as características próprias dos mesmos.

Utilizamos o software *IBM SPSS Statistics versão 23* na tabulação dos dados, muito empregado em análises estatísticas nas Ciências Sociais. Por meio da contagem de frequência agrupamos as informações dos sujeitos, a fim de identificar um perfil das mulheres militantes a partir das informações que se apresentaram mais evidentes. As análises informam sobre as suas trajetórias militantes e sobre as suas biografias. Os dados refletidos à luz da sociologia da militância possibilitou a compreensão das condições de possibilidades da inserção de mulheres na carreira militante sindical, da permanência delas no movimento, de acesso aos postos de liderança e ainda, quais os lugares ocupados por elas.

Resultados e Discussão

A participação de mulheres na esfera política suscita demandas de participação em outras instâncias de poder na sociedade, como em instituições públicas ou civis. A criação de ações positivas, como as cotas e a paridade, constitui-se nas principais medidas adotadas em diversos

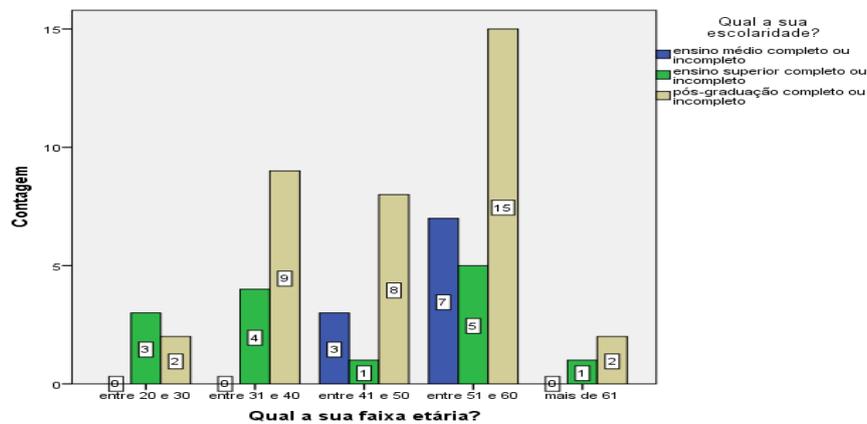
países. Na América Latina podemos citar, em ordem cronológica de adoção da política, Argentina (1991), Brasil (1995), México (1996), Paraguai (1996), Costa Rica (1996), Bolívia (1997), Panamá (1997), Peru (1997), República Dominicana (1997), Venezuela (1998), Colômbia (2000), Honduras (2000), Uruguai (2009), El Salvador (2013) (SILVA; HARVEY, 2016, p. 59).

As discussões sobre cotas e paridade representativa nos sindicatos no Brasil já aconteciam na década de 1980. Em 1993, a VI Plenária da Central Única dos Trabalhadores - CUT aprovou a cota mínima de 30% de vagas para as mulheres nas suas instâncias de decisão (LEONE; TEIXEIRA, 2010, P. 5). No Estatuto da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil - FASUBRA Sindical, não há dispositivos que obrigue aos seus filiados implantar política de cotas ou da paridade. Embora a federação já tenha publicado orientações e realizado atividades para discutir a importância da mulher nos sindicatos, não implantou ações efetivas para promover a participação das mulheres nas instâncias de poder da instituição.

No decorrer da pesquisa identificamos que não há grande disparidade entre o número de homens e de mulheres nas direções/coordenações dos sindicatos filiados à FASUBRA nas gestões entre 2016 e 2017. Entretanto, nas plenárias e congressos regionais e nacionais a presença de homens é sempre maior e em algumas atividades predominante. Das 60 mulheres que estavam na plenária de março de 2017, quase 85% já fizeram ou fazem parte da direção/coordenação dos respectivos sindicatos. Não é inesperado que mais mulheres da direção/coordenação do que da base participem das atividades realizadas fora dos seus estados, uma vez que ausentar-se do lar e do trabalho por alguns dias é mais comum na vida das mulheres que já fazem parte do sindicato, pois no trabalho elas podem justificar o afastamento para exercer atividade classista.

Em relação à escolaridade, 60% têm pós-graduação completa ou incompleta, 23,3% cursaram ou está cursando o ensino superior e 16,7%, o ensino médio. No Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, existem cargos com exigência de escolarização de alfabetizado ao ensino superior. O fato de existirem cargos sem exigência de escolarização formal teve como objetivo a incorporação de um número alto de servidores da ativa que se enquadrava nesse perfil. Isso indica que há muitas servidoras que não cursaram o ensino superior, mas a maioria das presentes na plenária possuem ensino superior e pós-graduação. Ao cruzar a questão que trata da escolarização com a idade

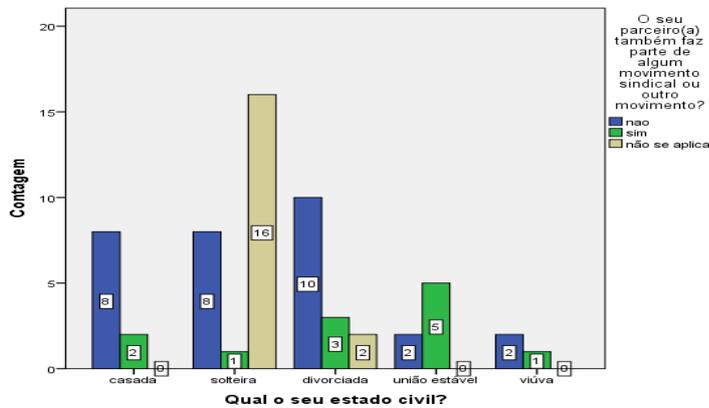
identificamos que 45% das mulheres têm entre 51 e 60 anos e são elas as mais escolarizadas, cursaram ou estão cursando pós-graduação, como demonstra o gráfico:



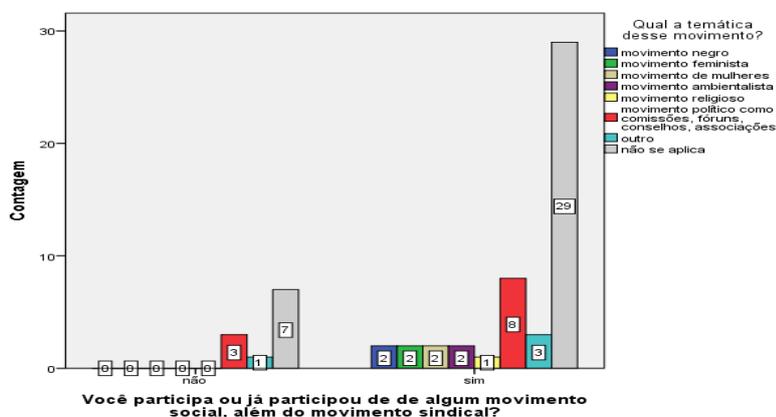
A relação entre escolaridade e participação política é abordada por Perissinotto; Veiga (2014, p. 50), a partir da ideia da profissionalização política definida por Czudnowski e Weber, como sendo o surgimento de um grupo remunerado, que se dedica à atividade política de forma contínua e integral sendo esta a sua fonte de renda. O percurso militante dessas mulheres pode revelar um perfil de profissional sindical. Embora a atividade não seja fonte de renda, muitas vezes esta se confunde com o próprio fazer profissional e geralmente é duradoura e alimentada por uma espécie de capital militante formado pela experiência no trabalho e no sindicalismo. Os sindicatos do serviço público abrangem mais categorias em que os cargos têm maior exigência de escolarização do que os sindicatos da iniciativa privada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). Este é um fator que pode influenciar no engajamento militante definindo também, assim como na política, um tipo de "profissional sindicalista".

A fronteira entre público e privado também é assunto que permeia a participação política (PROST; VINCENT, 2009). Em razão disso, foram elaboradas algumas questões classificadas como pertencentes à esfera da vida privada. Com base nessas questões identificamos que 65% das mulheres têm filhos, mas apenas 28,4% delas são casadas ou estão em união estável e 66,7% são solteiras ou divorciadas. Em relação à faixa etária dos filhos, a maioria tem mais de 21 anos. Sobre os afazeres domésticos, a maioria das mulheres solteiras e divorciadas cuida das atividades sozinhas e algumas dividem com filhos. Dos 28,4% que são casadas ou em união estável, pouco mais da metade afirmam dividir as atividades domésticas com os seus parceiros. Outra questão que diz respeito à vida privada é se o parceiro(a) participa do movimento sindical ou outro movimento

social, 50% responderam não, 20% responderam sim e 30% não tem parceiro(a). Esse dados estão ilustrados no gráfico abaixo:



McAdam (1993) declara que as redes de relações interpessoais em que os indivíduos estão inseridos são determinantes para o engajamento individual militante. Para ele, os múltiplos encaixes da vida social, trabalhos, estudos, permitem aos indivíduos aderirem a organizações e a grupos e assim assumirem múltiplas posições. Procuramos nos questionário identificar as possíveis redes de relacionamento das participantes e as possíveis influências para inserção no sindicato. Algumas respostas dão pistas disso, por exemplo: 15,1% afirmam terem se aproximado em decorrência de convite de colegas ou amigos; 81,7% afirmam participarem de outros movimentos sociais; e 40,0% são filiadas a partidos políticos. As análises de carreira nos estudos dos movimentos sociais voltados à compreensão do engajamento individual, parte da noção processual e sequencial desse engajamento, considerando tanto as condições sociais de origem dos militantes, quanto os aspectos que decorrem da multiplicidade de inserções que competem, tendenciosamente, para o engajamento militante (OLIVEIRA, 2010, p. 50). O gráfico abaixo mostra os múltiplos engajamentos dos sujeitos da pesquisa:

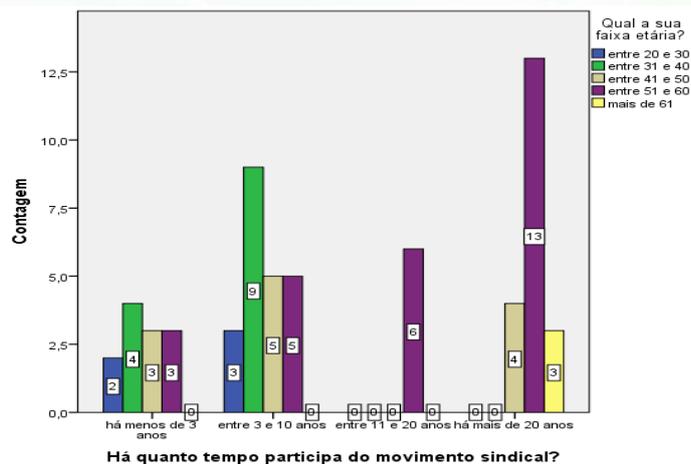


Em muitos casos, a aproximação com o sindicato ocorre em virtude de problemas no local de trabalho, este foi o principal motivo apontado por 11,8% das participantes. Outro motivo destacado foi ter sido convidada por colegas ou amigos, representando 15,1%, mas a maioria respondeu que a principal motivação foi a simpatia pela defesa das causas trabalhistas e sociais, somando 41,2%. As estratégias de recrutamento é uma temática explorada na sociologia da militância, por exemplo, em estudos que tem como enfoque as configurações dos modelos de representação pode ser entendido sob o escopo da vinculação associativa (Coradini, 2007, p. 183).

No ativismo sindical, assim como em outros tipos, alguns sujeitos atuantes acabam se destacando. Uma das formas de demarcar o espaço de atuação é por meio da fala, seja proferindo discursos, opiniões, críticas. Mas nem todos possuem essa habilidade ou se dispõem para tal, principalmente se há pouco tempo de vivência em um grupo. Constatamos que a maioria das mulheres que costumam fazer falas nas atividades estão no movimento há mais tempo. No total, 20% responderam que nunca fizeram e 55 % que fazem sempre, destas, a maioria estão no movimento há mais de 20 anos.

O questionários utilizado na pesquisa consta no Anexo I. Os dados ilustrados nos gráficos são apenas um recorte da pesquisa para demonstrar as análises possíveis a partir de questionários elaborados com a finalidade de identificar perfis. As primeiras análises revelou múltiplas possibilidades de enfoque. Por exemplo, fazer um levantamento das categorias analíticas que emergem no campo pesquisado. Elas podem ser entendidas sob o aspecto das identidades e suas intersecções. Tratando-se do movimento sindical, a categoria classe é própria desse universo e ao fazer o recorte da participação da mulher, a categoria gênero emerge como elemento diferenciador das relações. Assim, as desigualdades encontradas nos espaços de poder, se analisadas do ponto de vista das imbricações das relações de dominação e das lutas identitárias, dão pistas de como os elementos de diferenciação das identidades podem explicar os tensionamentos sociais presentes nesses espaços (ARNAUD et al. 2009, p. 12).

A idade é um elemento relevante na amostra estudada, pois em alguns aspectos emergiu como marcador nas ações e relações estabelecidas no movimento, como demonstra o gráfico abaixo exhibe o perfil etário das mulheres que estavam na plenária:



A discussão feita nesse estudo pode ser ampliada posteriormente em observações longitudinais, onde pudesse ser levantado ao longo de um período, nas assembleias, plenárias e congressos da categoria, o percentual de participação de homens e mulheres e as características dos que participam, a fim de identificar o perfil das mulheres da categoria que participam das atividades classistas fora das suas bases. A identificação do perfil das mulheres sindicalistas pode servir para complementar a análise de trajetória individual, a qual pode ser estudada em entrevistas biográficas ou na história de vida. Segundo Dubar, a trajetória individual pode ser considerada sob dois aspectos: objetivo que consiste em uma "sequência de posições num ou mais campos da prática social, e subjetivo, como uma "história pessoal" cujo relato atualiza visões de si e do mundo" (DUBAR, 1998, p. 2).

Conclusões

O lugar de destaque que o ativismo de mulheres conquistou nos últimos anos resultou em inúmeros estudos na área das ciências humanas, a exemplo, algumas análises feitas a partir da abordagem dos movimentos sociais. Esse destaque também é percebido pela ampliação de pautas, bandeiras e discussões sobre as questões de gênero e da mulher na sociedade. A participação política da mulher ainda é um tema em evidência, seja pela baixa participação, seja pela repercussão social das reivindicações por direitos e das discussões de gênero. Embora, as mulheres tenham se inserido em espaços antes dominados pelos homens, as desigualdades de gênero ainda são marcantes sob muitos aspectos, por exemplo, a diferença salarial entre homens e mulheres, ainda que exerçam a mesma função e tenham o mesmo nível de qualificação.

A inserção das mulheres nos diversos espaços públicos foi acompanhada de outras transformações que influenciaram a forma de organização da vida e dos papéis sociais. Os postos estratégicos e de comando passaram a ser almejados e ocupados por elas, consequência de antigas reivindicações. O desejo pela ampliação dessas conquistas e o surgimento de novas resulta na

continuidade das discussões. A luta passa da reivindicação pelos espaços político para o empoderamento da mulher para a participação política. Contudo, a sub-representação feminina ainda é expressiva nos dias de hoje, o que nos faz perguntar quais mecanismos justificam o fenômeno.

Desse modo, a análise das trajetórias militantes, na perspectiva processual, relaciona os acontecimentos de uma vida com um contexto maior, ou seja, a correlação entre as estruturas sociais e as relações entre os sujeitos. Nessa perspectiva, propomos um direcionamento reflexivo a respeito dos contextos de representação política da mulher e dos novos desafios resultantes das transformações sociais. Portanto, Este estudo propõe o modelo de análise de trajetórias de mulheres a partir da identificação de um perfil militante.

Apresentamos como proposta de estudo, a reflexão sobre as condições desiguais de participação das mulheres na política e no sindicalismo, sob o viés do gênero, articulando estudos feministas e a abordagem da sociologia da militância.

Referências

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; PRÁ, Jussara Reis. Dossiê o Gênero da Política: Feminismos, Estado E Eleições. Cadernos Pagu, n. 43, Jul./Dez. de 2014, p. 7-12.

ARNAUD, Lionel; OLLITRAULT, Sylvie; RÉTIF, Sophie; SALA PALA, Valérie. (Org.) L'action collective face à l'imbrication des rapports sociaux : classe, ethnicité, genre. Paris, L'Harmattan, 2009.

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. 4ª ed. São Paulo. Editora HUCITEC, 1997.

BOURDIEU, Pierre (1983b). Sociologia. ORG. Ortiz, Renato. São Paulo, Ática, 1982.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. A Mulher Na Câmara dos Deputados: Mulheres no Parlamento, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/temas-antiores-desativados-sem-texto-da-consultoria/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>. Acesso em: 30 de Jan. de 2017.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Campinas. Educação e Sociedade, v. 19 n. 62, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do século XX. Pesquisa Sindical 1987/200. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob C. A pesquisa como artesanato intelectual: Considerações sobre método e bom senso. São Carlos, EDUFSCAR, 2006, p. 41-78.

LEONE, Eugenia Trancoso; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG –Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

MACADAM, Doug; PAULSEN, Ronnelle. Specifying the relationship between Social Ties and Activism. Chicago, AJS, v. 99, n. 3, Nov. 1993, p. 640–667.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

OLIVEIRA, José Wilson Ferreira de. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 3, jan./Jul. de 2010, p. 49–77.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. Opinião Pública, v. 20 n.1 Campinas, 2014.

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. História da vida privada: Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Ellen da; HARVEY, Isadora Lopes. A política de Cotas na América Latina como Impulsora da Representação Feminina na Câmara Baixa. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 7, n. 1, 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, Resultados Eleições 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>. Acesso em: 27 de Fev. de 2017.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

CORADINI, Odaci Luiz. Engajamento Associativo-Sindical e Recrutamento de Elites Políticas: tendências recentes no Brasil. Revista de Sociologia e Política nº 28, 2007, p. 181-203.

Quantos filhos você tem?

1 Entre 5 e 8
Entre 2 e 4 Mais de 8

Qual a faixa etária dos seus filhos?

Entre 0 e 5 anos Entre 16 e 20 anos
Entre 6 e 15 anos Mais de 21 anos

Qual o seu estado civil?

Casada Divorciada
Solteira União estável

Com quantos anos casou ou passou a conviver com o parceiro(a)? Há quanto tempo estão juntos(as)?

O seu parceiro(a) também faz parte de algum movimento sindical ou outro movimento social?

Não Sim

Quem cuida dos afazeres domésticos da sua residência?

Você participa ou já participou de algum movimento social, além do movimento sindical?

Não Sim

Qual a temática desse movimento?

Movimento Negro Movimento LGBT Movimento político como comissões, fóruns, conselhos, associações.
Movimento Feminista Movimento Ambientalista
Movimento de Mulheres Movimento Religioso Outro:

Você é filiado a algum partido?

Não Sim

Se é filiado, também é ou já foi membro da estrutura administrativa do partido?

Não Sim

Como você responde a seguinte máxima: LUGAR DE MULHER É:

Na luta No lar e na luta Outro:
No lar Onde ela quiser